

## O TURISMO ANTI-MODERNO: FAMÍLIAS POLÍTICAS, ARRANJOS E COALIZÕES NA PASTA MINISTERIAL

Sylvana Kelly Marques da Silva<sup>1</sup>  
Ricardo Costa de Oliveira<sup>2</sup>

**Resumo:** Referenciado por sua capacidade de geração de renda, o turismo se mantém no centro dos debates que tratam do desenvolvimento no país, afinal, são quase cem anos de políticas públicas em âmbito federal, o que culminou na organização da pasta ministerial. É incontestável a afirmação dos privilégios de classe e a concentração de riqueza em índices quase únicos no Brasil, o que substitui ou até nega outras representações aprofundando nossa desigualdade social, uma das maiores do mundo. Obviamente, o turismo é espelho da estrutura histórico social, e reproduz o seu núcleo central. Nessa direção, pesquisas apontam a importância de se conhecer as estruturas genealógicas do país, para se compreender a realidade social e política brasileira, prenhe do atravessamento familiar com concentração do poder nas principais instituições. Não há na literatura acadêmica debates sobre os interesses familiares nas instituições que envolvem o turismo. Nosso desafio foi investigar, por meio de um esforço genealógico, com apoio da prosopografia, os protagonistas desta pasta ministerial. Os dados levantados apontam que o Ministério do Turismo, criado no século XXI, reproduz o perfil político familiar arraigado na antiga ordem, com conexões de parentescos, imbricadas em complexas estruturas de poder que garante a continuidade familiar, o controle do poder e das riquezas. Agrega-se um perfil de políticos conservadores, partidarização e regionalização no contexto da pasta.

**Palavras-chaves:** Ministério. Turismo. Poder. Família. Genealogia.

## ANTI-MODERN TOURISM: POLITICAL FAMILIES, ARRANGEMENTS AND COALITIONS IN THE MINISTRY

**Abstract:** Referenced by its ability to generate income, tourism is at the center of debates that deal with development in the country, after all, there are almost one hundred years of public policies at the federal level, which culminated in the organization of the ministry of tourism. The affirmation of class privileges and the concentration of wealth at almost unique levels in Brazil is undeniable, which replaces or even denies other representations, deepening our social inequality, one of the greatest in the world. Obviously, tourism is a mirror of the historical social structure, and reproduces its central core. In this direction, research points to the importance of knowing the country's genealogical structures, to understand the Brazilian social and political reality, pregnant with family crossover with concentration of power in the main institutions. There is no debate in academic literature about family interests in institutions involving tourism. Our challenge was to investigate, through a genealogical effort, with the support of prosopography, the protagonists of this ministry of tourism. The data collected indicates that the Ministry of Tourism, created in the 21st century, reproduces the family political profile rooted in the old order, with kinship connections, intertwined in complex power structures that guarantee family continuity, control of power and wealth. A profile of conservative politicians, partisanship and regionalization in the context of the ministry is added.

**Key-words:** Ministry. Tourism. Power. Family. Genealogy.

---

<sup>1</sup> Professora Adjunta na Universidade Federal do Maranhão. Doutora em Ciências Sociais. E-mail: [sylvana.kelly@ufma.br](mailto:sylvana.kelly@ufma.br)

<sup>2</sup> Professor Titular na Universidade Federal do Paraná no Programa de Pós-graduação em Sociologia. Doutor em Ciências Sociais. E-mail: [rco2000@uol.com.br](mailto:rco2000@uol.com.br)

## **Introdução**

Em quase cem anos de investimentos públicos, deliberação de leis e normas para a organização do turismo no Brasil (BECKER, 2001; CARVALHO, 2016; LOPES E PANOSSO NETTO 2021), o que culminou na organização da sua pasta ministerial, a atividade é priorizada nas políticas de erradicação de pobreza com vias ao desenvolvimento, como uma das estruturas da economia nacional. Por outro lado, em locais abarcados por políticas substanciais de turismo a desigualdade econômica persiste com a apropriação da riqueza e lógicas excludentes. Uma série de configurações materializadas por políticas de turismo no Brasil afirmam valores, mentalidades e ideologias de classe, que substituem, ou até negam, outras representações (CRUZ, 2002; FONSECA, 2005; SILVA & FONSECA, 2017; SILVA, 2012; 2017; SILVA, *et. al*, 2021; SILVA & LAIBIDA, 2021; 2023).

O exposto nos direciona a hipótese de que o turismo implementado no Brasil, em grande medida, não leva em conta a heterogeneidade, nem os interesses plurais das realidades locais, afastando-se das promessas existente nos discursos que legitimam a sua organização. A perspectiva em torno da atividade segue vieses econômicos hegemônicos e poucos questionam as somas suntuosas investidas na produção da atividade e as práticas que as envolvem, com uma série de consequências socioespaciais (CRUZ, 2002; SILVA & FONSECA, 2017; SILVA, 2013; 2017).

O turismo espelha estruturas essenciais e nucleares da nossa história consumida pelo colonialismo (QUIJANO, 2005; RAMOS, 1995), essa permanece nas consciências e no cotidiano que configura o país, reproduzidos, principalmente, pela elite nacional composta por famílias no/do poder com suas genealogias, conexões econômicas, culturais e políticas (MOSCA, 1966; 1992). No Brasil, a família tradicional é uma instituição que controla a propriedade da terra, os meios de produção e parte significativa da produção cultural, o que caracteriza as estratificações entre as classes sociais, similar ao que Edmar Bacha (1974) cunhou por Belindia. Pesquisadores apontam a forte presença de famílias nas principais instituições brasileiras como fundamento para a sua manutenção e reprodução (COSTA, 2013; GOULART, 2017; LAIBIDA, 2019; MONTEIRO, 2017; OLIVEIRA, 2001; 2007; 2012; PRADO JR., 2023).

O controle da propriedade da terra, dos modos de produção, o acúmulo de capital e as relações com o Estado, historicamente atravessados por famílias, nos dá como norte a questão dos parentescos como um âmbito estratégico para compreender a organização do turismo no

país fomentado pela esfera pública. Nos estudos sobre o turismo e o desenvolvimento econômico há um silêncio completo sobre os interesses familiares. Parte de uma pesquisa mais ampla, intentamos nesse artigo identificar (ou não) a presença das relações de poder vinculadas a redes de parentescos na instituição do turismo no Brasil, por meio do Ministério.

Utilizamos os aspectos genealógicos e com apoio da prosopografia elaboramos uma síntese biográfica desses indivíduos (GOULART, 2016; OLIVEIRA *et al.*, 2017; STONE, 2011). Verificamos, primeiro, informações mais gerais sobre os ministros, dados sobre o estado e região de origem, além de, organizar uma síntese biográfica por meio de informações sobre formação, profissão, gênero, etnia, religião, estado civil, classe social e cargos ocupados por esses indivíduos e seus parentes e de modo crítico estabelecer as conexões entre os interesses das famílias políticas e a estrutura vigente na pasta.

Neste momento da pesquisa, observamos com os dados coletados dos treze ministros que atuaram entre os anos de 2003 até 2022, que a instituição familiar, em grande parte, é uma das unidades centrais para o favorecimento do exercício do poder no interior Ministério do Turismo. Isso porquê; mais de 70% dos chefes da pasta vem de famílias da Classe Dominante Tradicional (CDT), com conexões políticos-empresariais, consequentemente, privilégio nas relações sociais. Destaca-se que 100% desses indivíduos pesquisados já passaram por algum cargo na esfera pública; 93,3% tem capital econômico e social privilegiado por meio de herança familiar; 60% são herdeiros de famílias políticas e os 100% tiveram acesso formação superior completa. Apenas um dos ministros tem na sua trajetória de vida uma atuação efetiva no setor da atividade turística, organizada por meio de um campo hierárquico de domínio, com posição de destaque por ser empresário, herdeiro de uma elite econômica, estabelecida no campo da hotelaria. No que tange ao conhecimento técnico profissional, dois ministros que passaram pela pasta atuaram em áreas que dialogam com o setor do turismo, mas que não são específicas do campo.

Ao pensar a questão familiar na dinâmica nacional capitalista da atividade turística, especificamente no cenário que demarca o MTUR, consideramos os chefes da pasta tem acesso a capitais privilegiados, passíveis de serem convertidos em acesso a recurso de dominação. É circunscrito pelo mesmo modelo organizacional familiar encontrado em outros campos de poder, ou seja, o atravessamento de interesses e lógicas familiares. O que justifica as restrições em investimentos que favorecem a redistribuição de renda e favorecem a inclusão social no turismo, construindo um cenário de não efetivação das políticas nacionais de turismo.

A renovação na pasta do turismo, acerca da classe social, é mínima, indicando uma estrutura social de hereditariedade, vantagens e privilégios decorrentes do familismo, essenciais nas explicações das carreiras e composições políticas. No âmbito ministerial essa estrutura favorece o investimento em ações particularistas, desconectadas das propostas centrais do plano estruturante do turismo no país.

### **O Brasil moderniza-se: o turismo como arranjo do Estado**

É importante antes de tudo colocar que o turismo nasce no seio da elite ocidental europeia, amplia-se com as forças inovadoras do processo de civilização, exaltando sentido, prática e estética das paisagens consideradas, de acordo com as questões socioespaciais, urbanas, grandiosas, exóticas ou pitorescas. Massifica-se com o capitalismo industrial e tecnológico e passa a atender as demandas do capital financeiro global. Produz receitas e estatísticas otimistas aliadas a perspectiva da geração de renda proporcionada pelo que se convencionou a chamar de empreendedorismo e meritocracia, o que alinha a ideia do turismo como um propulsor da mobilidade social.

Com esse espírito ideológico vibra a ação e idealização das políticas públicas de turismo no Estado capitalista brasileiro. “Os discursos institucionais que se prolongaram no decorrer do século XX, deram ênfase ao turismo como motor essencial e indispensável ao progresso no país” (SILVA, 2012, p. 50). Os entusiastas do progresso viam o turismo como um elemento essencial para a modernização das cidades, para educar e polir os sentidos da população, quando se falava em industrialização, o turismo estava entre os debates, considerado uma indústria sem chaminé. Desenvolvimento, reforma, crescimento, transformação, modernização, urbanidade passaram a representar o turismo (SILVA, 2012).

Preordenado no mundo moderno, como pensar a sua instituição organizada por práticas anti-modernas? Seria o Ministério do Turismo composto por relações compreendidas como coloniais? Seria a pasta ministerial, como pontua o Professor Ricardo Costa de Oliveira (2000; 2007; 2015; 2018; 2020) “um negócio de famílias”? Será que relações arcaicas como o nepotismo, arranjos familiares, falta de transparência, patriarcalismo, entre outras dinâmicas, resistiram diante das forças modernas que rebateram a antiga ordem? No presente texto apresentamos as conexões feitas entre essa instituição, o poder as relações familiares.

O turismo trata-se de uma temática afeita, inicialmente, ao trabalho dos economistas que viam a expressão estatística da atividade. Uma das primeiras composições acadêmicas sobre o

tema foi o livro “Turismo e economia nacional” do economista austríaco Herman Von Shullard, lançado no ano de 1911 (DIAS, 2013). Após a Segunda Guerra Mundial, momento em que a atividade é interpretada como um fenômeno de massa, os estudos do turismo se ampliam. Porém, despertam um interesse tímido nas ciências humanas, deixando lacunas para os que pretendem refletir criticamente sobre o tema. A pouca atenção dada ao turismo pelos cientistas sociais, mesmo essa sendo uma das atividades centrais na cultura contemporânea, com forte apelo na sociedade brasileira, ocorre por ser uma atividade que envolve o lazer, sendo logo identificada como alienada ou fugaz ao cotidiano.

De outro modo, é importante pontuar que o turismo extrapola os circuitos econômicos das redes de lazer, além da sua complexidade nas dinâmicas socioespaciais, muitas mediadas pela intervenção do Estado sobre a atividade, configura -se uma série de políticas que dão forma e conteúdo ao tipo de turismo que se quer implementar em específica geografia, amparados pelo discurso do desenvolvimento econômico. No eixo político nacional o Decreto nº 1160, de 23 de dezembro de 1907, isentava por sete anos de todos os impostos quem se aventurasse em seu empreendimento, a partir de então inaugura-se uma série de ações desempenhadas pelo Estado (CASTELLI, 2003). Hoje são mais de 100 anos de políticas federais de turismo no Brasil.

Após a década de 1960, essas políticas ganham tal prioridade, que se cria uma Política Nacional de Turismo (PNT) – Decreto Lei nº55, de 18 de novembro de 1966 – e, também o FUNGETUR - sistema de incentivos fiscais para o setor hoteleiro, os locais onde se considera urgente à entrada de capital financeiro são abarcados por políticas específicas para a dotação de infraestrutura e projetos para implantação da atividade (SILVA, 2017). Nesta mesma década cria-se a EMBRATUR-Empresa Brasileira de Turismo, logo, com as lógicas neoliberalistas, agentes do Estado alteram as bases da empresa transformando-a em autarquia, mantem-se até os dias atuais como estratégica ao setor.

Com a redemocratização do país a atividade ganha menção na Carta Constitucional: “A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios promoverão e incentivarão o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico” (BRASIL, 1988). Logo, a Política Nacional de Turismo interpôs à atividade a condição de agente do desenvolvimento econômico, geradora de empregos e renda. Em 2003, o mandato presidencial do Luiz Inácio Lula da Silva, trouxe para a atividade uma nova institucionalidade com a elaboração do Ministério do Turismo (MTur), baseado em propostas sociais, culturais e ambientais, incentiva a participação popular, as associações, a inclusão social e a interiorização da atividade com privilégio as dinâmicas

locais (MTUR, 2003). Vale destacar as ações de coibição do turismo sexual e da exploração infantil em torno da atividade, que já havia sido incentivada em governos anteriores (SILVA, 2017).

O MTur é um marco acerca do turismo, com um planejamento para as intervenções e uma agenda social, inclusiva e democrática ante as políticas públicas (BRASIL, 2003; 2010; 2013), com exemplos de sucesso no que tange a inclusão social, a gestão compartilhada, apoio as comunidades tradicionais, geração e distribuição de rendas. Porém, é importante situar que esses exemplos são pontuais, as propostas quando efetivadas, em grande medida, escapam a heterogeneidade e aos interesses plurais da realidade brasileira. O que mantém o MTur afastado da sua maior promessa: apoio na redução das desigualdades sociais; mesmo nos governos de viés progressista.

Em todo esse período das ações do Estado sobre a implementação da atividade turística no Brasil fala-se em aumento do produto interno bruto, empregos, rendas, melhorias sociais, porém, várias pesquisas apontam as fragilidades existentes (BENI, 2006,2012; CARNEIRO, 2014; CRUZ, 2002; DIAS, 2003; FONSECA, 2005; LIMA, 2017, SILVA, 2017). O cenário da trajetória das políticas públicas privilegiou, majoritariamente, os mais ricos; muitos locais que receberam os investimentos turísticos margearam a sua população e quando as inseriu foi por meio dos subempregos, com trabalhos precários e acordos flexíveis, alguns até em condições análogas à escravidão O que nos leva a afirmar um desencontro de objetivos nesta caminhada sociopolítica, em consonância com os projetos dominantes nacionais.

O MTur, que segundo Silva (2020), representa uma das pastas centrais na recepção de emendas parlamentares deveria ter o seu orçamento direcionado para programas de combate à exploração sexual, desenvolvimento de infraestruturas, inclusão de novos territórios nas dinâmicas turísticas, fomento do turismo social, defesa dos direitos humanos das crianças e adolescentes, etc. Entretanto, tais ações não se concretizam por meio dos planejamentos existentes, ainda, quando ocorrem estão em áreas distantes dos projetos para o turismo. E, chama a atenção que um dos maiores encaminhamentos dos recursos públicos do turismo situam-se nas ações de marketing e promoção. O que favorece a ausência de “saltos qualitativos no tratamento e no direcionamento político do turismo” (SILVA, 2020, p.102).

As políticas públicas de turismo organizadas pelo MTur, além de priorizarem ações concretas nos espaços, também, correspondem a tentativa de desconstrução de um regime de visualidades sobre Brasil fomentada anteriormente pelo Estado, com privilégio ao litoral e a sensualidade feminina, exaltando, em geral, aspectos sexuais da população ao turista

estrangeiro, no que se entende por turismo receptivo. Nos referimos a uma imagética estereotipada do país que alegoriza o perfil erótico da mulher brasileira, as praias, o malandro nacional, o samba e o futebol, são imagens retroalimentadas junto ao fetiche do paraíso tropical conforme inculcada na mente dos indivíduos estabelece estruturas no mundo social, difíceis de serem modificadas.

Em pesquisa inédita e recente sobre o orçamento da pasta do turismo, Silva (2020) nos apresenta um cenário de expressiva interferência parlamentar na alocação dos recursos públicos, com privilégio aos interesses de parlamentares, prefeitos e governadores. Sinaliza, ainda, a importância do apadrinhamento parlamentar na captação e liberação dos recursos advindos do MTur e com isso o deslocamento das metas da pasta.

Campos (2018) atenta para a infactibilidade de se proceder estudos sobre as dimensões da política no Brasil sem levar em conta a questão do familismo. Com o familismo tem-se os apadrinhamentos, personalismos, benefícios, favorecimentos, privilégios, concessões e vantagens. Um conjunto de estudos com autores diversificados, reunidos no NEP-Núcleo de Estudos Paranaenses, afirmam que esses são termos correntes no ordenamento político e institucional brasileiro e identificam a convergência de tais práticas com “a principal instituição da formação do país”: a família. Agrega-se a ela o modo como o poder econômico e a estrutura de tais grupos atravessam o fazer político no país (CAMPOS, 2018, p.25).

Para a compreensão da estrutura vigente e do poder político existente que configura as relações do Ministério do Turismo nada mais legítimo do que tratar das simbioses familiares factíveis de inserirem o indivíduo no seio de um campo social, mesmo sendo o turismo uma atividade complexa, central na economia capitalista, assentado nos serviços e nas instituições democráticas. Afinal sobre esse cenário o conjunto de pesquisas de Oliveira (2012; 2018), Cãnedo (2011), Goulart (2018) e Grill (2009) apresentam que a família é uma variável essencial para os estudos da realidade contemporânea.

### **O topo da cúpula: famílias, coalizões e estrutura de poder no turismo**

Nos interessa aqui os “bastidores” do MTur, sendo a primeira contribuição na literatura acadêmica que conecta o turismo aos estudos genealógicos no que se refere as relações de poder. Com a prosopografia familiar dos chefes do MTur, captamos os capitais sociais, educacionais, culturais, familiares e políticos desses protagonistas a fim de entender se concorrem ou não com a organização da Classe Dominante.



As relações de poder veiculadas a manutenção das famílias dominantes na política brasileira nos principais e estratégicos postos do aparelho do Estado, entre outras instituições, vem sendo abordada pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas Paranaenses - NEP, com apoio da sociologia política e da sociologia histórica, o grupo iniciou as pesquisas com foco na análise das relações de poder exercidas pelas classes dominantes no estado do Paraná, logo, os estudos espalharam-se por outros recortes geográficos. Abarca as genealogias familiares e suas relações com o latifúndio, com a política, corporações, cartórios, sistema judicial, mídias, futebol, etc. (LAIBIDA, 2019; OLIVEIRA, 2014, 2015, 2018; OLIVEIRA & GOULART, 2021; PEREIRA, 2020).

O olhar que as Ciências Sociais lançam ao turismo, em grande medida, está imerso no que é caracterizado como a sociologia das especificidades. E, não é errado afirmar que mesmo nessa área de estudos o fenômeno do turismo ganha pouca atenção. Tem sido comum pensar o turismo em um modelo operacional, a partir das proposições economicistas e neopositivistas. Até algumas propostas críticas o percebe como uma dinâmica oposta ao cotidiano, distante da ordem social, resultante das propostas efêmeras e artificiais que não representariam as estruturas fundamentais da organização de uma sociedade.

Com uma vasta literatura funcionalista, aquém das lutas de classe, a sociologia do turismo é que compreende a análise do fenômeno em conjunção com as estruturas sociais. Todavia, aqui lançamos o olhar as facetas institucionais desse campo político como potencial para a sociologia no que concerne os estudos das relações de poder em sua conjunção com a família. O turismo, com as suas instituições políticas aparentemente “modernas” também é espelho das estruturas essenciais e nucleares da nossa história consumida pelo colonialismo. O que requer uma avaliação significativa da sua constituição e instituições, com interesse nas pessoas que estão na cúpula do poder.

No Brasil, tradicionalmente, o loteamento dos ministérios correlaciona-se a formação de coalizões, funciona como moeda de troca para as alianças e apoios entre partidos (AMORIM NETO; COX; MCCUBBINS, 2003; AMORIM NETO, 2006; PEREIRA; POWER; RAILE, 2011). No MTur, o chefe da pasta, ao ser indicado no processo definido por coalizão, representa um partido ou grupo, tem uma ideologia, preferências políticas, valores, projetos eleitorais e uma agenda política que pode vir a afetar direcionamentos mais amplos no seu campo político, tem ainda uma família.

Do ponto de vista sociológico, Bourdieu (2009), aponta que parte da população “politicamente ativa” constrói um campo, relativamente independente: como um jogo, os



participantes assimilam as regras, com processos de avaliação e legitimação internos. É preciso entender as regras e as propriedades que determinam a posição dos participantes nas lutas internas. Essas propriedades são, de um lado, elementos incorporados ou objetivados através de garantia formal (sanção legal ou titulação) e, do outro lado, determinam um sistema de disposições de ação e apreciação, o *habitus*. É uma analogia ao que Durkheim entende pelo indivíduo carregar a sociedade nas costas, apesar de involuntariamente.

Segundo Bourdieu (1996), o *habitus* é a incorporação de uma determinada estrutura social pelos indivíduos, influenciando em seu modo de sentir, pensar e agir, de tal forma que se inclinam a confirmá-la e reproduzi-la, nem sempre de modo consciente. O campo, designa nichos da atividade humana nos quais se desenrolam lutas pela detenção do poder simbólico, que produz e confirma significados e valores que se tornam aceitáveis. Como os indivíduos estão inseridos espacialmente em campos, a posse de capitais valorizados no campo (cultural, social, econômico, político, artístico, entre outros) e o *habitus* condicionam o posicionamento espacial. Determinado, em grande medida, pelas posses de capital econômico e de capital cultural.

Bourdieu enfatiza, as propriedades e leis peculiares a cada campo, o que determina uma certa autonomia dos mesmos. Cada classe social socializa com seus membros de acordo com o *habitus* que reflete sua posição e seu grupo social. O campo do turismo mantém relações de poder e seguiria a mesma lógica dos demais campos, quais sejam a presença dos dominantes e dominados em constante disputa de capitais. Assim, o campo é um espaço estruturado a partir de posições de poder e disputas simbólicas no qual se constata a existência de leis genéricas como o resultado do aparecimento de um *habitus* (BOURDIEU, 2002).

Na disputa simbólica e de capitais para manutenção da posição hierárquica nos campos de atuação, como afirma Ricardo Costa de Oliveira (2001; 2007; 2012; 2015), é relevante a presença das relações de familismo. Em seus estudos, o autor apresenta com os recursos genealógicos, a longa duração da dominação exercida por específicos grupos familiares em espaços, ideologicamente, constituídos nos veios da modernidade – como exemplo, as instituições do Estado moderno – assim, tenderia a inexistir práticas de familismo, creditadas a uma antiga ordem, neste caso a estrutura colonial.

Oliveira (2001; 2007; 2012), aponta a permanência dessas relações estruturando os espaços ditos modernos. Afirma que as estruturas do parentesco delineiam parte da realidade contemporânea brasileira. Redes familiares controlam a economia e com ela instituições estratégicas, condicionando o centro do poder executivo com criação de redes que atravessam

o poder legislativo, judiciário, entre outros. Nesses espaços os agentes hereditários se renovam por gerações, provando que “família importa” (GOULART, 2016; 2015; HORTA, 1956; LAIBIDA, 2019; MONTEIRO 2016; OLIVEIRA, 2015; 2012; 2007; 2001; SARDINHA, 2017).

### **A engenharia dos parentescos no MTur**

A entrada do turismo na agenda política do Estado com a criação MTur, simboliza o reconhecimento da importância da atividade para a economia nacional. São mais de duas décadas de criação da pasta representada por dezesseis chefes. À saber: Walfrido dos Mares Guia, Marta Suplicy, Luiz Barretto Filho, Pedro Novais, Gastão Vieira, Vinicius Lages, Alessandro Teixeira, Henrique Eduardo Alves, Alessandro Teixeira, Marx Beltrão, Vinicius Lummertz, Marcelo Álvaro Antônio, Gilson Machado Neto, Carlos Brito e Daniela Carneiro e Celso Sabino.

Recentemente foi reinaugurada no MTur a galeria dos chefes da pasta. Abaixo uma imagem fotográfica que é significativa para a nossa proposta, porque representa em seu enquadramento a engenharia dos parentescos existentes em um cargo como este. O recorte fotográfico captou o ex-ministro, do centrão, Henrique Eduardo Alves observando os rostos que fizeram parte do comando da pasta ministerial. Ele mesmo chefou o ministério de modo meteórico tanto no governo da Presidenta Dilma Rousseff, quanto no governo erguido após o golpe parlamentar, presidido por Michel Temer. Só que cada rosto além de um indivíduo, traz uma história, uma trajetória que diz muito mais sobre a nossa sociedade quando se insere a família.

O referido ex-ministro em uma homenagem realizada em prol dos vinte anos de existência da pasta foi convidado para representar todos os chefes que passaram pelo ministério com uma fala motivacional. Isso ocorreu recentemente, no atual governo do Presidente Luíz Inácio Lula da Silva, filiado ao PT- Partido dos trabalhadores, partido político de viés progressista, que em anos anteriores ele ajudou a derrubar com o apoio ao Golpe Parlamentar. A imagem é simbólica porque revela Henrique Alves no primeiro plano, em um espaço privilegiado do recorte fotográfico, coincidentemente, o fotografado é um dos maiores representantes do que os pesquisadores do NEP chamam de “práticas de familismo”, “família-política” ou ironicamente “negócio de família”. Trata-se das oligarquias familiares brasileiras

que por gerações se retroalimentam na sua permanência, sustentação e atuação em espaços estratégicos de poder.

Alves vem de uma família de ministros, governadores, senadores, prefeitos, deputados federais e estaduais, com um cabedal de apadrinhamentos e acúmulos de parentes em cargos públicos. E, por incrível que pareça em uma revelação pública, porém imoral e ilegal “nenhum Alves esconde que a atuação de parentes em bloco é um método de trabalho”. (SILVA, 2017). Esta é uma explicação dada pela família para justificar o grande contingente de parentes no legislativo do estado norte rio grandense, mesmo tal prática sendo vedada pela constituição, pela Lei nº 8.112, de 1990, pela Súmula Vinculante nº 13, do Supremo Tribunal Federal e pelo Decreto nº 7.203, de junho de 2010. O grupo não se intimida em afirmar tal prática, afinal, um sobrenome conhecido é um instrumento valioso na barganha pelo espaço na política.

FOTOGRAFIA 1: Henrique Alves e galeria dos ministros do turismo






Fonte: MINISTÉRIO, 2023.




A genealogia no jogo político é um elemento para acúmulo de capital simbólico. Estratégico na medida em que faz o uso de uma tradição familiar para acúmulo dos benefícios trazidos pelos parentescos para o meio social, assim como a capacidade de misturar a história do espaço público à história da família, como procedeu Henrique Alves, ao organizar o projeto que deu ao aeroporto Internacional do Rio Grande do Norte o nome do seu pai, contrariando, inclusive, a opinião pública (SILVA, 2017).

Para observar as redes de parentescos que formam parte do ponto mais alto da instituição do turismo no Brasil, organizamos abaixo uma síntese biográfica dos ministros do ano de 2003 até o ano de 2022.

QUADRO 1 – Ministros do Turismo

Ministros e ano da atuação	Vinculação partidária, estado, região, governo e religião	Características sociais	Características familiar	Principais cargos ocupados
<p>1) Walfrido Silvino dos Mares Guia Neto (2003-2007)</p> 	Partido Trabalhista Brasileiro/ PTB- MG/ Sudeste. Luiz Inácio Lula. Católico	Engenheiro Químico (UFMG), Administrador de Empresa e Educador. Pós-Graduado. Empresário e Político. Dono do Sistema de Ensino Pitágoras, sócio do Laboratório Farmacêutico Biobrás (produção de insulina), hoje é dono do Laboratório Farmacêutico Biom Technology (insulina) e do Grupo Kroton Educacional. Esposa socialite e empresária.	<b>*CDT (Classe Dominante Tradicional).</b> Família Mineira, originária de Comendador, é influente. Filho do Médico José Maria dos Mares Guia e de Judith Pinto Coelho dos Mares Guia. Os irmãos são empresários e políticos. Sendo um Deputado e outro Presidente do CNPQ.	Foi Ministro da Secretaria de Relações Institucionais. Foi Deputado Federal. Vice-governador de Minas Gerais. No mesmo estado foi Secretário Estadual de Planejamento e Coordenação Geral; Secretário de Estado da Educação; Secretaria de Desburocratização e Reforma Administrativa. Em Belo Horizonte foi secretário Municipal em de Planejamento.
<p>2) Marta Teresa Smith e Vasconcelos Suplicy (2007-2008)</p> 	Partido dos Trabalhadores/ PT-SP/ Sudeste. Luiz Inácio Lula	Psicóloga (PUC-SP). Pós Graduação em Stanford -EUA. Educação em colégios tradicionais de São Paulo. Atuou em vários ambientes da esfera pública e também apresentou programas de educação sexual na televisão, incluindo a TV Globo, casou-se com Eduardo Matarazzo Suplicy, político brasileiro afamado, seu Bisavô foi dono das indústrias Matarazzo, na época o maior complexo industrial da América Latina.	<b>CDT.</b> Família Tradicional Paulista com condes e barões, a genealogia vai até os bandeirantes. Filha do industrial carioca Luís Affonso Smith de Vasconcelos e da dona de casa Noêmia Fraccalanza Smith de Vasconcelos.	Foi Ministra da Cultura, Deputada Federal, Prefeita de São Paulo e Senadora (Votou a favor do Impeachment da Presidente Dilma Rousseff).
<p>3) Luiz Eduardo Pereira Barreto Filho (2008-2010)</p>	PT-SP/ Sudeste. Luiz Inácio Lula	Sociólogo (PUC-RJ), mestre em Ciência Política.	Casado com Maria Lucia Hage Masini, Professora da PUC-SP, não foi encontrada a genealogia.	Presidente e Gerente de MKT e Comunicação do SEBRAE nacional. Atuou na Fundação do Fundo Geral Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADES) e no Centro de Estudos de

				Cultura Contemporânea (CEDEC), ambos em São Paulo. Direção nas prefeituras de São Paulo, São Vicente e Osasco, foi secretário de Indústria, Comércio e Abastecimento. No PT foi secretário-adjunto da Secretaria Nacional de Assuntos Institucionais do Diretório Nacional. Secretário executivo do ministério.
4) Pedro Novais Lima (2011) 	Partido do Movimento Democrático Brasileiro/ PMDB-MA/ Nordeste. Dilma Rousseff. Católico	Direito (UFES), com estágios nas áreas de Direito Tributário em Londres, e de Planejamento e Administração Tributária, em Washington, nos Estados Unidos. Foi Auditor Fiscal, Secretário da Fazenda do Estado do Maranhão entre 1975-1978 e 1988-1990. Aliado ao clã Sarney.	Genealogia não identificada. Mas chama atenção no percurso do ministro atuações que atende a demandas de indicação. Maranhense de Coelho Neto, os estudos revelam significativo capital econômico, o irmão médico. Trabalho dos pais não identificado.	Deputado Estadual (Arena- MA) 1978. Em 1983, Deputado Federal PMDB, em 1990, Deputado Federal pelo PDC, ficou em sete mandatos consecutivos entre PPR e PMDB, atual.
5) Gastão Dias Vieira (2011-2014) 	PMDB-MA/ Nordeste. Dilma Rousseff. Católico.	Direito (UFMA) e Mestre em Direito pela PUC-RJ	<b>CDT.</b> O trisavô Capitão Manoel Ignacio Vieira foi Senhor de dois engenhos no Maranhão, com filhos padre, ministro, senador, deputado, magistrados e a genealogia se estende com seu Bisavô o Major Casemiro que foi deputado e prefeito.	Deputado Federal, por seis vezes; Deputado Estadual duas vezes no MA; Foi Secretário de Planejamento e Orçamento do Estado do MA, foi nomeado presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e atuou no Ministério do Planejamento
6) Vinicius Nobre Lages (2014-2015)	Não encontrada a filiação. Indicação: Renan Calheiros,	Engenheiro agrônomo (UFAL), mestre em Gestão Ambiental, Universidade de Salford, doutor em	Genealogia não encontrada. Especula-se ser afilhado político de Renan Calheiros, com	Sebrae Nacional: Diretor, Gerente da Unidade de Assessoria Internacional, Gerente da Unidade


	<p>PMDB-AL/ Nordeste. Dilma Rousseff</p>	<p>Socioeconomia do Desenvolvimento, Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais (EHES), em Paris. Atualmente é Diretor-Superintendente do SEBRAE Alagoas; Vice-Presidente da Associação Brasileira dos Sebrae/Estaduais - ABASE; Conselheiro Suplente do Conselho Deliberativo Nacional do SEBRAE Nacional; Membro do Comitê Permanente de Compliance e Auditoria do CDN</p>	<p>quem parece ter parentesco. Embora não houve comprovação.</p>	<p>de Estratégias e Diretrizes, Secretário Geral, Assessor da Presidência e Gerente da Unidade de Atendimento em Comércio e Serviços. Representante da entidade no Conselho Nacional de Turismo, e Representante do Sebrae no Conselho Empresarial da Organização Mundial de Turismo (OMT). Foi membro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Agrário.</p>
<p>7) Henrique Eduardo Lyra Alves (2015-2016)</p> 	<p>PMDB-RN/ Nordeste. Dilma Rousseff. Católico</p>	<p>Direito (UFRJ). É empresário e dono da TV Gabugi/ RN, afiliada da Globo e do Jornal A Tribuna do Norte, o maior do estado do Rio Grande Do Norte. Em 2013, quando presidente da Câmara dos Deputados conseguiu aprovação do projeto de sua autoria para que o principal aeroporto do estado levasse o nome do seu pai.</p>	<p><b>CDT.</b> É filho do pai do clã dos Alves: Aluizio Alves que foi deputado, governador e ministro, sobrinho dos políticos Garibaldi Alves e Agnelo Alves, irmão da ex-deputada Ana Catarina Alves e primo do senador Garibaldi Alves Filho e do ex-prefeito de Natal Carlos Eduardo Alves,</p>	<p>Deputado federal por 11 mandatos consecutivos pelo Rio Grande do Norte. Presidente da Câmara dos Deputados de 2013 a 2015. Foi o ministro do turismo no governo Dilma Rousseff e voltou ao cargo após o impeachment, com Michel Temer, ao qual deu todo o apoio.</p>
<p>8) Alessandro Golombiewski Teixeira (2016)</p> 	<p>PT-RS/Sul. Dilma Rousseff</p>	<p>Graduado em economia, mestre pela Universidade de São Paulo (USP) em economia latino-americana; doutor em competitividade tecnológica e industrial pela Universidade de Sussex</p>	<p>Nascido em Porto Alegre. Genealogia não identificada</p>	<p>Responsável pela área de "assuntos internacionais" da secretaria estadual de desenvolvimento do Governo do Rio Grande do Sul, durante a gestão do petista Olívio Dutra (1999-2003). Ocupou entre 2007 e 2011 a presidência da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e</p>



				Investimentos. Foi secretário executivo do governador de Minas Gerais Fernando Pimentel.
<p>9) Marx Beltrão (2016-2018)</p> 	<p>PMDB-AL/ Nordeste. Michel Temer. Católico</p>	<p>Formado em Direito. Casado. Vindo de Família Tradicional Alagoana de Tenentes-coronéis e latifundiários. Apoiou Bolsonaro. Conseguiu a nomeação recente da irmã Jully Beltrão Lima Siqueira Vasconcelos, para a posição de Superintendente do Patrimônio da União em Alagoas (SPU), votou a favor do impeachment da presidenta Dilma, irmãos políticos</p>	<p><b>CDT.</b> Com mais de três gerações na política, renome regional, vários cargos eletivos do executivo e legislativos estaduais e federais nas mãos da família. Como várias prefeituras. O pai João Beltrão teve seis mandatos (24 anos) na Assembleia Legislativa de Alagoas. O Bisavô, médico influente já havia sido prefeito e vereador de Coruripe-AL</p>	<p>Deputado Federal em três mandatos; Prefeito de Coruripe (AL); Secretário Municipal de Habitação, de Planejamento e Desenvolvimento,</p>
<p>10) Vinícius Lummertz (2018)</p> 	<p>Partido da Social Democracia Brasileira/ PSDB- SC. Sul. Michel Temer</p>	<p>Cientista Político, Universidade Americana de Paris, tem curso de alta gestão na Kennedy School da Harvard University e no IMD de Lausanne (Suíça), A-Level em Política, Governo e Economia no D'Overbroeck's College em Oxford. É empresário no ramo de hotéis e resorts. Preside o Conselho Nacional de Turismo, Presidente da Empresa Estadual de PPPs e Concessões de Santa Catarina, presidente da Associação Comercial e Industrial de Florianópolis.</p>	<p><b>CDT.</b> Família com elevado poder econômico, com hotéis e resorts espalhados pelo país, além de outros negócios. Fazem parte da alta sociedade catarinense. A casa aonde cresceu, que nas palavras do ministro parecia o éden, hoje é um dos luxuosos hotéis da família.</p>	<p>Presidente da Embratur, secretário Nacional de Políticas de Turismo do Ministério do Turismo, foi secretário de Planejamento, Orçamento e Gestão em Santa Catarina, também secretário de Articulação Internacional. Foi secretário de Turismo, Esporte e Cultura em Florianópolis. Diretor técnico do Sebrae Nacional no Governo FHC. Exerceu cargo na reitoria da Universidade do Sul de Santa Catarina. Atualmente é Secretário de Turismo em SP.</p>



<p>11) Marcelo Henrique Teixeira Dias (2019-2020)</p> 	<p>Partido Liberal/ PL-MG, Sudeste. Jair Bolsonaro. Evangélico</p>	<p>Empresário e Político, ligado à igreja Cristã Maranata.</p>	<p><b>CDT.</b> Família Política. Conhecido como Marcelo Álvaro Antônio é filho do Deputado Federal Álvaro Antônio vereador em Belo Horizonte pela Arena, partido de sustentação da ditadura militar, depois deputado estadual, vice-prefeito de Belo Horizonte e deputado federal.</p>	<p>Vereador, pelo PRP, em Barreiro/MG. Foi o deputado federal mais votado do estado de Minas Gerais nas eleições de 2018, quando foi reeleito, com 230.008 votos, votou no impeachment de Dilma Rousseff</p>
<p>12) Gilson Guimarães Machado Neto (2020-2022)</p> 	<p>PL/PE. Nordeste. Jair Bolsonaro. Católico</p>	<p>Médico veterinário, empresário do agronegócio, agregase ao seu capital econômico investimentos no ramo do turismo, a sofisticada pousada Villas Taturé, é proprietário da Rádio Maragogi FM, na cidade de Maragogi, litoral alagoano, dono, compositor e vocalistas da banda Forró da Brucelose.</p>	<p><b>CDT.</b> Família Latifundiária, empresarial e Política. O pai é Engenheiro, e dono da construtora Machado Guimarães. O avô renomado médico militar, com uma estrada no estado de PE que carrega seu nome, ainda é sobrinho de Gilson Filho, usineiro, latifundiário e político que apoiou a ditadura. Os antepassados são profissionais liberais, latifundiários, funcionários públicos influentes, entre eles comendador, deputado provincial e comandante da fortaleza de Santa Cruz, em Itamaracá-PE</p>	<p>presidiu a EMBRATUR – Instituto Brasileiro de Turismo, ocupou o cargo de secretário de Ecoturismo e Cidadania Ambiental do Ministério do Meio Ambiente É atualmente o presidente municipal do Partido Liberal (PL) e pré-candidato à prefeitura do Recife</p>

13) Carlos Alberto Gomes de Brito (2022) 	PL/PE. Nordeste. Jair Bolsonaro. Católico	Administrador de Empresas (FACIPE), Especialista em Marketing e Publicidade. Experiência na área administrativa atuando como Diretor Executivo na iniciativa privada. Durante sua carreira, coordenou as áreas de recursos financeiros, físicos, tecnológicos e humanos das organizações. Atualmente é membro do Movimento Conservador de Caruaru.	Genealogia não identificada.	Diretor de Gestão Corporativa da Embratur. Presidente da Embratur.
---	---	--	------------------------------	--

Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

\* **CDT**: Abreviação utilizada no quadro para assinalar as famílias que pertencem a Classe Dominante Tradicional.

Os dados sintetizados acima, fazem parte de uma agenda de pesquisa em curso, porém, já com informações suficientes para afirmar em nossa análise o encontro dos chefes da pasta do turismo com as estruturas de parentesco e do poder político, referimo-nos ao atravessamento dos parentescos nas esferas estatais, conformando uma cúpula anti-moderna. A análise abrange um período de quase vinte anos de atividade do MTur, momento em que pasta se estruturou com a mediação de treze chefes.

O turismo, uma atividade moderna, como observamos não tem uma instituição que promove a ruptura com as práticas herdeiras do colonialismo, ao contrário, dos treze ministros, conseguimos determinar oito genealogias que tiveram as suas famílias qualificadas na Classe Dominante Tradicional. É nessa instituição familiar que os membros aprendem a interpretar as instituições políticas, a atuar e a observar a atuação dos outros atores a partir de certos modelos cognitivos, ou seja criam seu *habitus*. Confirmando que a genealogia “[...] legitima determinada descendência, assegurando, no seu traçado, a continuidade e a coesão de diversas gerações de uma família” (CANÊDO, 1994, p. 99).

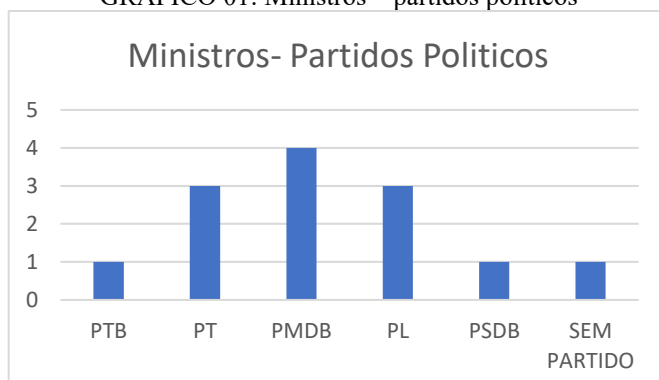
Dos cinco chefes que não conseguimos caracterizar a genealogia, apenas um deles tem vestígios, pela sua trajetória educacional e profissional, de não pertencer aos altos núcleos familiares, com destaque econômico e político. Nos referimos ao Carlos Brito, o que não significa ausência de acesso aos capitais culturais, sociais e econômicos, apresenta capitais que

o manteve em patamares intermediários, favorecendo o acesso a espaços privilegiados no campo. Outros quatro chefes da pasta com genealogias não definidas, pela análise da própria trajetória profissional e da trajetória de alguns familiares identificados no processo da pesquisa, anteveem relevantes capitais familiares, econômicos e sociais.

Mesmo com alguns hiatos de informações neste momento da pesquisa conseguimos determinar que 70% dos ministros investigados pertencem a famílias tradicionais; observamos características sociais e o acesso ao capital econômico. Entre eles, 93,3% acessam capitais privilegiados no campo social, revertendo-os em vantagens advindas deste *status*. No tocante a especificidade das famílias, 60% são herdeiros de políticos, constituindo famílias-políticas com proveitos na máquina estatal. 100% desses indivíduos assumiram algum cargo na esfera pública. Sobre a experiência com o turismo, apenas um ministro tem no histórico uma trajetória de atuação profissional na área, todavia, com formação em outra área do conhecimento, a proximidade com a atividade se dá por ser empresário e, também, herdeiro de um expressivo patrimônio no setor hoteleiro, um universo elitizado. O espólio o direcionou para a atuação na área do turismo em distintos cargos da esfera pública.

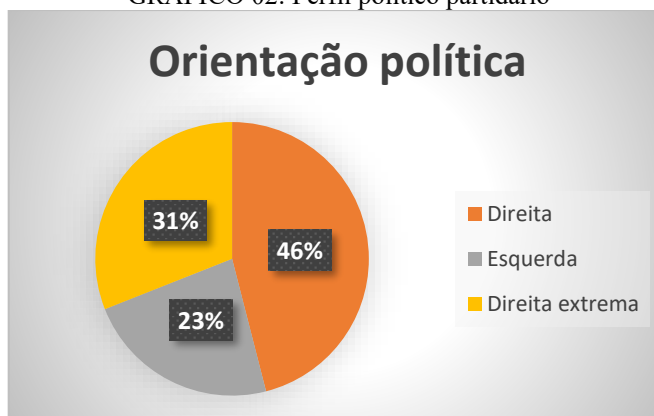
Sobre a representação partidária é interessante fazer a menção de que no espaço de tempo pesquisado, com predominância de governos progressistas – referimo-nos a um período médio de treze anos – apenas 23% dos ministros, se caracterizavam nesse espectro de pensamento. Quase metade dos chefes do turismo foram identificados no grupo de direita, nesse âmbito insere-se um desses membros que mesmo declarando-se sem filiação partidária foi indicado por grupos de centro direita para assumir o ministério e os seus discursos expõem ideologias da direita. Os outros 31% apresentam um pensamento conservador de direita extrema. O comportamento de adesão a governos ideologicamente distintos, caracteriza o fisiologismo na política brasileira (ZIEGMANN, 2023).

GRÁFICO 01: Ministros – partidos políticos



Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados captados na pesquisa (2024).

GRÁFICO 02: Perfil político partidário



Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados captados na pesquisa (2024).

O primeiro gráfico aponta que o PMDB é o principal partido na pasta, sendo praticamente indispensável para a governabilidade ao longo do regime democrático. Partido com ideologia de direita, conta com uma grande bancada de senadores e deputados, sendo central na ampliação da base de apoio de qualquer presidente. Não é coincidência a presença do PMDB nos ministérios, desde a gestão Itamar Franco até a gestão do Jair Bolsonaro, sendo historicamente uma das maiores organizações do centrão (ZIEGMANN, 2023).

Em referência ao espaço geográfico, quatro ministros vêm da região sudeste, sete são provenientes do nordeste do Brasil, dois ministros são do sul do país. O que nos faz perceber um forte viés de regionalização e partidarização política pelo dito “centrão”. No que tange ao conhecimento técnico direcionado à atividade turística, dois ministros atuam em áreas que dialogam com o setor do turismo, mas que não são específicas do campo. De oito ministros que estiveram na chefia do turismo em período de governos progressistas, apenas três estavam vinculados a partidos com a mesma ideologia, os outros atuavam em partidos com espectro político definido como de direita, alguns até com elementos de extrema direita.

É importante destacar nessa conjuntura a atuação da ministra Marta Suplicy, única mulher neste contexto do ministério, que tendo sido chefe do turismo por intermédio do Partido dos Trabalhadores – PT, no governo de Luiz Inácio Lula da Silva e também pelo mesmo partido assumiu a pasta do ministério da cultura no governo da Dilma Rousseff, logo, no ano de 2015, se desfilou do PT, para apoiar o Golpe Parlamentar que desembocou no impeachment da Presidente Dilma Rousseff. Em acréscimo, temos uma pasta que representa a cultura patriarcal em sentido amplo, além de ser totalmente etnocêntrica.

Esse cenário demarca no MTUR o mesmo modelo organizacional familiar encontrado em outros campos de poder, o atravessamento de interesses e lógicas familiares. A renovação

na pasta do turismo é mínima, indicando que essa segue a estrutura social genealógica hereditária das vantagens e privilégios decorrentes do familismo, essenciais nas explicações das carreiras e composições políticas. O acesso a essa dimensão política não ocorre pelo mérito na área, pela apreensão dos conhecimentos específicos, mas pelas barganhas, pelo personalismo e o patrimônio familiar na esfera do Estado, atribuído pela reputação coletiva e fidelidade acumulada pelo grupo familiar (GRILL, 2008).

O Brasil colônia acabou, é fato, mas os seus condicionantes estão erguidos, em vários fenômenos atuais, como por exemplo a permanência do poder dos grupos familiares dominantes. São famílias históricas que com sua elasticidade, adaptabilidade e penetrabilidade mantém a capacidade de atravessar gerações nas instituições econômicas e sociopolíticas. “O problema, tal como o via, estava justamente aí: no proveito particular em detrimento – e a qualquer custo – da coisa pública”, é o que expõe Araújo (1993, p. 290) ao assinalar a prevalência do desejo dos mais poderosos sobre as normas e às leis no sistema colonial. Sociedade caracterizada, em muitos casos, pela organização e manutenção das relações de apadrinhamento, burla das leis em prol de interesses individuais diversos e quebras das normas e condutas sociais em favor das paixões individuais.

### **Considerações finais**

Parte de uma pesquisa mais ampla, nosso desafio inicial foi analisar por meio dos estudos genealógicos e com apoio da prosopografia os aspectos biográficos dos Ministros do Turismo no Brasil, a fim de construir uma simbiose entre o turismo e as famílias-políticas. Então, estabelecer de modo crítico a existência dos interesses familiares na estrutura vigente da pasta. As conexões entre a política e a família é corrente nos estudos das Ciências Sociais, por ser corriqueiro a hereditariedade nas atividades políticas, em suma, herdeiros de conhecidas famílias assumem cargos eletivos já assumidos por seus antepassados, também, são indicados para cargos de prestígios, como os ministérios.

São mais de cem anos de investimentos públicos na organização do turismo no Brasil, com prioridade as políticas de captação de divisas e erradicação de pobreza, primeiro com vias ao progresso, logo chegou o momento de se pensar o turismo como um vetor de desenvolvimento, com destaque na Carta Constitucional, na sequência, essa trajetória culminou na organização da pasta ministerial, como uma das estruturas da economia nacional.

Todavia, uma série de configurações mediatizadas por políticas de fomento do turismo no Brasil, afirmam uma ideologia de classe que substituem ou até negam as diversidades, aprofundando as desigualdades sociais do país. Sobre esse aspecto pesquisas apontam a forte presença de famílias nas principais instituições brasileiras com a apropriação de riquezas e a manutenção do privilégio de classes (OLIVEIRA, 2001; 2007; 2012). As desigualdades sociais no Brasil estão marcadas pelas conexões existentes entre as famílias, concentração de renda e poder. No que tange esses padrões de recrutamento familiar no fenômeno do turismo no país procuramos com dados biográficos, relações sociais e cargos ocupados por esses atores e seus parentes verificar um padrão sociofamiliar no ministério do turismo, com vias ao entendimento das conexões priorizadas na pasta.

O levantamento dos treze ministros que passaram pela pasta do turismo, dividido neste texto em uma síntese das características sociais, familiares e profissional nos aponta que a trajetória desses chefes está fortemente amarrada aos seus capitais econômicos e políticos. Isso significa que escapam a experiência e a aquisição de critérios técnicos específicos para a atuação na área, a maioria dos indivíduos não tem histórico de estudos ou atuação no turismo, a fim de ocupar este espaço central no turismo. Agrega-se a isso o poder de barganha dessas famílias e seus parentescos para manutenção da governabilidade.

A família, em grande parte, é uma das unidades centrais do exercício do poder na pasta ministerial do turismo. Mais de 70% dos chefes da pasta vêm de famílias com conexões políticos-empresariais dominantes, 100% já passaram por algum cargo na esfera pública, 93,3% são de classe economicamente privilegiada, 60% são herdeiros de famílias políticas, 100% tiveram acesso a capitais socioculturais privilegiados. Apenas um ministro veio do campo econômico do turismo, todavia, como elite empresarial no setor hoteleiro. No que tange ao conhecimento técnico na área, apenas dois ministros que passaram pela pasta atuaram em ramos que dialogam com o setor do turismo, mas que não são específicas do campo.

Constatamos no MTur que a maioria dos chefes fazem parte ou se organizam como famílias políticas que se inscrevem no Estado a partir das estratégias favorecidas pela robustez dos seus capitais, principalmente, pela concentração de poder econômico e político. Dos treze chefes, nove apresentam conexão familiares de parentesco na família, os quatro que não estão incluídos nesse eixo, não encontramos dados que estabelecesse a conexão familiar, o que também não a exclui. Nesta situação são representativas as famílias Mares Guia; Smith e Vasconcelos Suplicy; Dias Vieira; Alves; Beltrão; Lummertz, Teixeira Dias e Guimarães Machado. É o mesmo modelo organizacional familiar encontrado em outros campos de poder,

com o atravessamento das lógicas familiares. Isso porque as famílias históricas estiveram na frente do processo de modernização do Estado, com isso fortaleceram a continuidade da classe dominante colonial.

A renovação na pasta do turismo é mínima, indicando que essa segue a estrutura social genealógica hereditária das vantagens e privilégios decorrentes do familismo, essenciais nas explicações das carreiras e composições políticas. Seus chefes, estão localizados em um perfil ideológico de direita, tradicional na estruturação da modernização conservadora, preconceituosa e com traços autoritários. No pano de fundo temos o favorecimento de disposições personalistas na política que é um campo propício para as atividades familiares, segundo pesquisadores afirmam. A força de organização desses grupos e dos usos das suas tradições para angariar benefícios para seus parentes e agregados em espaços locais específicos, é claro, fomenta os resultados insatisfatórios nas políticas públicas de turismo.

## REFERÊNCIAS

AMORIM NETO, Octávio. **Gabinetes presidenciais, ciclos eleitorais e disciplina legislativa no Brasil**. Dados, Rio de Janeiro, v. 43, n. 3, p. 479-519, 2000.

AMORIM NETO, Octávio. **Presidencialismo e governabilidade nas Américas**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

AMORIM NETO, Octávio.; COX, Gary W.; MCCUBBINS, Mathew D. **Agenda power in Brazil's Câmara dos Deputados (1989-98)**. World Politics, Princeton, v. 55, n. 4, p. 1-46, 2003.

ARAÚJO, Emanuel. **O Teatro dos Vícios: Transgressão e transigência na sociedade urbana colonial**. 2ª edição. Brasília: Editora UNB, 1993.

BECKER, Berta. Políticas e planejamento do turismo no Brasil. **Caderno Virtual de turismo**. V.1, nº1, 2001. p. 1-7.

BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas**. Sobre a teoria da ação. Papirus, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 5ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 6ª ed, 2009.

BOYER, Marc. **História do turismo de massa**. Baurú: EDUSC, 2003.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. **Estudos sobre família, poder e riqueza no Brasil: uma agenda de pesquisa necessária e urgente**. Prefácio. In: Oliveira, Ricardo Costa (Org.), 2018.



CANÊDO, Letícia Bicalho. Um capital político multiplicado no trabalho genealógico. *Revista Pós Ciência Social*, v.8, n.15, jan./jun., 2011, p.55-74.

CARNEIRO, Lais Martins. **Contradições Conceituais do Programa de Regionalização do Ministério do Turismo e suas Implicações na Execução - Estudo De Caso**: Distrito Federal. Dissertação (Mestrado). Programa de Mestrado Profissional em Turismo da Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

CARVALHO, Gisélia Lima. Perspectiva histórico-institucional da política nacional de turismo no Brasil (1934-2014). **Mercador**, jan-mar, 15(1), 2016, p. 87-99. DOI: 10.4215/RM0000.0000.0000

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. **Política de turismo e território**. São Paulo: Contexto, 2002.

DIAS, Reinaldo; SILVEIRA, Emerson José Sena da (Orgs). **Turismo Religioso**: ensaios e reflexões. Campinas, SP: Alínea, 2003.

FLORIANI, Dimas. As metamorfoses do desenvolvimento. Breves considerações históricas das concepções dominantes e suas ressignificações político-culturais e críticas desde América Latina. In: Fernando Marcelo de la Cuadra; Ana Amélia Cavalcanti de Melo. (Org.). **Intelectuales y pensamiento social y ambiental en América Latina**. 1aed.Valparaíso: RIL, 2020, v. 1, p. 387-430.

FONSECA, Maria Aparecida Pontes. **Espaço, Políticas de Turismo e Competitividade**. Natal: EDUFRN, 2005a.

FONSECA, Maria Aparecida Pontes. **Espaço, Políticas de Turismo e Competitividade**. Natal: EDUFRN, 2005.

GOULART, Mônica Helena Harrich Silva. As Mulheres na ALEP: uma abordagem prosopográfica. In: OLIVEIRA, R. C. de (Org.). **Nepotismo, Parentesco e Mulheres**. Porto Alegre, RM Editora, 2016, pp. 233-332.

GOULART, Mônica Helena Harrich Silva. Entre Famílias e Secretarias: análise do arranjo político administrativo da Paraná (1889-1930). In: OLIVEIRA, Ricardo Costa de (org.). **Estado, classe dominante e parentesco no Paraná**. Blumenau: Nova Letra, 2015, p. 247-299.

GRILL, Igor Gastal. **Descendentes de imigrantes na política do Rio Grande do Sul e do Maranhão: ascensão social, afirmação eleitoral e cooptação política**. In: Ferretti, Sérgio & Ramalho, José Ricardo. *Amazônia: desenvolvimento, meio ambiente e diversidade sociocultural*. São Luís: Edufma, 2009, pp. 137-160.

GUERREIRO RAMOS, Alberto. **Introdução crítica à sociologia brasileira**. Rio de Janeiro: Editorial ANDES Limitada, 1957. [Ed. UFRJ, 1995]

HORTA, Cid Rebelo. **Famílias governamentais de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1956.

LAIBIDA, Luiz Demétrio Janz. **Raposas e Outsiders no Futebol Paranaense**: um estudo sobre relações de poder e genealogia. Curitiba: Instituto Memória, 2019.

LOPES, Mariana Manzano; PANOSSO NETO, Alexandre. Análise das políticas federais de turismo no Brasil (1930 a 2020). **Ateliê do Turismo**. V.5, nº2, jul-dez, Campo Grande-MS, 2021, p.200-224.

MAYER, Arno. **A Força da Tradição**. Cia das Letras. 1990. Arno Mayer. A Força da Tradição. A Persistência do Antigo Regime.

MILLS, Charles Wright. **A elite do poder**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

MINISTÉRIO do Turismo reinaugura galeria de ex-ministros da pasta. **Tribuna do Norte**, Natal, 27 out. 2023. Disponível em: <https://tribunadonorte.com.br/politica/ministerio-do-turismo-reinaugura-galeria-de-ex-ministros-da-pasta/>. Acesso em: 01 jun. 2024.

MONTEIRO, José Marciano. **A Política como Negócio de Família**: os herdeiros e a força dos capitais no jogo político das elites na paraíba (1985-2015). Tese de Doutorado. Campina Grande: Universidade Federal de Campina Grande, 2016.

MOSCA, Gaetano. **A Classe Dirigente**. In: SOUZA, Amaury de (org.). Sociologia Política. Rio de Janeiro: Zahar, 1966.

MOSCA, Gaetano. **La classe política**. México: Fondo de Cultura Econômica, 1992.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **Família Importa e Explica**. São Paulo: Editora LiberArs, 2018.

OLIVEIRA, R. C. de (Org.). **Estado, Classe Dominante e Parentesco no Paraná**. Blumenau: Nova Letra, 2015, pp. 247-300.

OLIVEIRA, Ricardo Costa, *et al.* Família, parentesco, instituições e poder no Brasil: retomada e atualização de uma agenda de pesquisa. In: **Revista Brasileira de Sociologia**. v. 05, n. 11, set-dez, 2017.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **Na Teia do Nepotismo**. Sociologia Política das relações de parentesco e poder político no Paraná e no Brasil. Insight. 2012.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **Famílias, poder e riqueza**: redes políticas no Paraná em 2007. In: **Sociologias**, v. 18, 2007, pp. 150-169.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. Notas sobre a política paranaense no período de 1930 a 1945. In: OLIVEIRA, R. C. de; de O. Salles; J. P. Kunhavalik. **A Construção do Paraná Moderno**: políticos e política no Governo do Paraná de 1930 a 1980. Curitiba: SETI, 2004.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **O Silêncio dos Vencedores**: genealogia, classe dominante e Estado no Paraná. Moinho do Verbo Editora. 2001.

OLIVEIRA, Ricardo Costa, *et al.* Família, parentesco, instituições e poder no Brasil: retomada e atualização de uma agenda de pesquisa. **Revista Brasileira de Sociologia**. v. 05, n. 11, set-dez, 2017.

PEREIRA, C.; Power, T; Raile, E. Presidentialism, coalitions and accountability. In: Power, T.; Taylor, M (eds). **Corruption and Democracy in Brazil: the struggle for accountability**. University of Notre Dame Press, 2011.

QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. In: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires, 2005.

SILVA, Rodrigo Cardoso da & FONSECA, Maria Aparecida Pontes. Os investimentos do Ministério do Turismo e o programa de regionalização do turismo: desencontros da política governamental no interior potiguar. **Caderno Virtual de Turismo**, 17(3), p. 148-165, 2017, Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18472/cvt.17n3.2017.1207>. Acesso em: 10 abr. 2024.

SILVA, Sylvana Kelly Marques da. **Centelhas de uma cidade turística nos cartões postais de Jaeci Galvão (1940-1980)**. Dissertação (Mestrado em Turismo). Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012.

SILVA, Sylvana Kelly Marques. **Os discursos fotográficos de Canindé Soares: Entre o Turismo e a Devoção (2004-2017)**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. Natal, 2017.

SILVA, Sylvana Kelly Marques; LAIBIDA, Luiz Demétrio Janz Laibida. A fotografia e a dimensão espacial dos fenômenos sociais: o Enquadramento Espetacularizado nos protomártires do Brasil. **Revista Sociologias Plurais**, v. 9, n. 2, p. 229-253, jul. 2023. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/sclplr/article/view/92007>. Acesso em: 10 abr. 2024.

SILVA, Sylvana Kelly Marques, LAIBIDA, Luiz Demétrio Janz, SANTANA, Gilmar, ALVES, Maria Lúcia Bastos. Agência do progresso e turismo: interlúdio paisagístico pelas lentes de Manoel Dantas. **Ateliê do turismo**, 5(2), 2021, p. 109-128. Recuperado de <https://periodicos.ufms.br/index.php/adturismo/article/view/HYPERLINK> "HTTPS://PERIODICOS.UFMS.BR/INDEX.PHP/ADTURISMO/ARTICLE/VIEW/12747"12747. Acesso em: 11 abr. 2024.

*Recebido em:* 19 maio 2024.  
*Aceito em:* 29 maio 2024.